

DOSSIÊ

COMPARATISMO E TRANSFERT CULTUREL:  
REVISÃO CRÍTICA DAS RELAÇÕES FRANÇA-BRASIL

APRESENTAÇÃO

## **O comparatismo França-Brasil: balanço crítico**

Jean-Claude Laborie

Paris X - Nanterre

Tradução de Guilherme S. Gomes Júnior

O XXº Congresso da Associação Internacional de Literatura Comparada (AILC), realizado em Paris em 2013, foi ocasião propícia para a realização de um balanço dos estudos comparatistas entre Brasil e França. Os trabalhos apresentados nas três seções do ateliê dedicado ao tema permitiram constatar o paradoxo de uma relação cultural vibrante e da total inexistência de perspectivas críticas cruzadas. Duas histórias paralelas da disciplina comparatista se reencontraram sem que nenhuma iniciativa de diálogo houvesse sido estabelecida até então. Dessa constatação nasceu a vontade de organizar um espaço de trocas mais intensas e de maior profundidade em torno de algumas perspectivas analíticas comuns.

Se, por longo tempo, a relação intercultural entre França e Brasil pôde afigurar-se muito marginal, parece agora oferecer espaço para uma reflexão sobre um bom número de impasses e de perspectivas disciplinares. De maneira exemplar, ela se configura historicamente como uma relação assimétrica entre uma cultura tomada por dominante, caracterizada por sua pretensão à universalidade e pelo caráter hegemônico que teve em certos momentos da história cultural mundial, em oposição à outra reiteradamente vista como periférica. Essa primeira característica remete a uma situação histórica já bem conhecida, a de uma pesquisa comparatista francesa fundada sobre a preeminência de algumas culturas européias tidas por centrais. Mesmo se a integração recente de especialistas de alguns sistemas culturais ligados a nossa história colonial (francofonia, mundo árabe ou África) permitiu alargamentos significativos, o Brasil, com o qual nós temos uma longa tradição de contatos e de trocas, parece ter escapado a essa reavaliação. Raros são os comparatistas franceses lusófonos, raríssimas são as iniciativas críticas francesas que, de maneira geral, orientam-se para o trato da lusofonia, quer se trate de Portugal, do Brasil ou da África (Moçambique, Angola, Cabo Verde).

Ora, o caso França-Brasil, na ausência de qualquer memória colonial traumatizante, apresenta uma situação singular. Com efeito, múltiplas projeções ideais, mitos recíprocos e intransitivos ou atores instáveis circulam apoiando-se em mediações indiretas e pontuais.

A circulação de fenômenos culturais, o estudo de suas relações, daquilo que se pode designar de maneira possivelmente mais “neutra” por interculturalidade é um dos campos fundamentais das ciências humanas. De fato, a constituição e a diferenciação dessas ciências, durante a primeira metade do século XX, se

fundavam essencialmente nos esforços de definição de cultura (modelo cultural, área cultural, traço cultural). Nesse contexto, desde os primeiros trabalhos da Antropologia norte-americana (F. Boas e seus herdeiros), a necessidade do estudo da dinâmica dos fenômenos culturais se impôs largamente. É, no entanto, com a emergência da noção de aculturação, implicando relações sistematicamente conflituosas e assimétricas (R. Bastide, 1970; G. Ballandier, 1955) que o campo é finalmente estruturado de maneira específica e operatória.

A história dos estudos comparatistas apresenta, nesse contexto, uma posição particular, na medida em que estes se constituíram progressivamente, desde o século XIX – anteriormente à antropologia –, em torno do relacionamento de sistemas literários, na verdade essencialmente europeus. O modo de apreensão dessas relações interculturais tornou-se uma das apostas maiores da disciplina. Sem pretender retomar no detalhe uma história já conhecida, é possível, no entanto, afirmar que, no âmbito dos grandes debates teóricos que agitaram o comparatismo literário, uma das apostas essenciais foi sempre aquela acerca da maneira como se configuram os contatos entre as culturas.

Nós somos herdeiros, portanto, de uma tradição que pode ser brevemente designada como “escola francesa” de literatura comparada, mas igualmente também dos questionamentos e das reflexões teóricas da geração precedente (Brunel, Pichois e Rousseau, 1983; Chevrel, 1989; D. H. Pageaux, 1994). Com efeito, a busca de um equilíbrio entre as abordagens textuais derivadas do estruturalismo e os estudos sobre o contexto sócio-político-cultural constituiu-se finalmente um modelo adequado, que é necessário ainda louvar.

Quanto aos esforços teóricos posteriores visando ultrapassar essa síntese provisória para promover um comparatismo

multidirecional, muito ligados à teoria pós-moderna, mesmo que permaneçam sempre no plano de teoria da teoria, produziram alguns resultados importantes, como pode ser visto ainda hoje nos estudos sobre as traduções. Se o descentramento do pesquisador, o desmonte dos limites disciplinares, a superação das noções de influência e imitação ou a desconstrução da noção de cultura nacional constituem atitudes heurísticas de ruptura que renovaram consideravelmente as abordagens comparatistas, justificaram igualmente a crítica dirigida ao déficit de historização destes trabalhos, notadamente na visão dos historiadores adeptos do *transfert* cultural (M. Espagne, 1988). Paralelamente, também bem fundado foi o ataque dos culturalistas anglo-saxões acusando os comparatistas (notadamente franceses) de reduzirem a cultura a algumas produções eruditas e de não terem avançado no exame de contextos culturais e políticos minoritários. Nota-se igualmente a emergência recente, no âmbito dos *post-colonial studies*, de uma crítica ideológica radical ao neocolonialismo que está pressuposto nos estudos centrados na perspectiva da relação entre modelos dominantes e expressões culturais ditas “secundárias” ou periféricas (B. Ashcroft, 1989; F. Jameson, 1991). Dessa forma, o comparatismo, no cruzamento dessas múltiplas tensões, experimenta hoje uma situação difícil que incita a redefinir ainda uma vez o método. É nessa perspectiva de reflexão, tanto disciplinar como aberta, que pretendemos posicionar nosso pensamento.

### **O espaço franco-brasileiro: uma história paralela**

O quadro do estudo das relações bilaterais entre França e Brasil apresenta uma soma de paradoxos, dos quais o primeiro resume-se ao fato de que essa relação é ao mesmo tempo

constante e totalmente latente. Com efeito, o Brasil sofre ainda na França de um relativo descrédito cultural, assim como nos países tradicionalmente designados como “primeiro mundo”, e isso a despeito de sua integração econômica e política no concerto das grandes nações. É visível sua dificuldade de se impor aos olhos do exterior como um sistema cultural autônomo constituído desde a origem – termo que para o Brasil é por si só uma verdadeira questão – como tal. Fato singular é constatar o quanto ainda hoje parece difícil suplantar a ideia da dependência da produção cultural brasileira de modelos exteriores, indefinidamente reciclados. Essa visão não é sempre negativa e celebra ao contrário as virtudes e a originalidade da mestiçagem e da hibridação, sem, no entanto, romper com uma visão paternalista e complacente que pereniza os clichês coloniais. A ideia de um país vazio, de uma *Tabula rasa* ou de uma “cera virgem”, tal como construíram os primeiros viajantes persiste até hoje, declinada em clichês sobre a energia vital, a mestiçagem, a criatividade do povo ou a música etc... A recorrência de imagens associadas ao Brasil em torno da ecologia, das reivindicações indígenas e da Amazônia, tece, de maneira um pouco mais sofisticada, mas também redutora, a mesma metáfora de uma infância do mundo, de um novo Éden, “país do futuro”. Essa representação permitiu o acolhimento de certo número de construções míticas constantemente reatualizadas, que intervêm de maneira decisiva nas relações interculturais, assim como no domínio econômico. De fato, a permanecer no campo literário, a produção crítica brasileira não é jamais traduzida e somente alguns grandes autores (Machado de Assis, Guimarães Rosa ou Clarice Lispector) são beneficiados de um mínimo de visibilidade, não suscitando muito além do que poucos trabalhos de críticos comparatistas.

Esse dado é fundamental para a construção do próprio campo

cultural brasileiro, a cuja história é conveniente retornar, de forma breve. O percurso da emancipação nacional, da independência aos nossos dias, é sempre construído como um empreendimento de afirmação identitária por meio da reapropriação de elementos culturais vindos de fora, em uma perspectiva essencialmente comparatista. A isso se agregam causas históricas, particularmente o cenário de uma independência conquistada sem ruptura violenta, de forma diversa de todos os outros países latino-americanos, à dispensa de um Portugal ele mesmo marginalizado no conjunto das culturas europeias. As novas elites nacionais, buscando para si legitimidade intelectual para justificar sua dominação econômica e política, durante todo o século XIX, elegeram a cultura francesa como referência incontornável. A cumplicidade de uma elite intelectual burguesa com os intelectuais reacionários franceses permitiu validar a ideia de dependência e do papel motor da cultura francesa na emancipação do Brasil, tudo isso expresso na produção literária e científica.

Mas, a partir dos manifestos modernistas de 1922 (“antropofagia” de Oswald de Andrade), em eco com aquilo que ocorre no resto do continente (o criacionismo de Vicente Huidobro, o ultraísmo de Borges, ou o realismo maravilhoso de Carpentier) e até o neobarroco e ao pós-modernismo (Lêzama Lima, S. Sarduy ou H. de Campos, 1972), a época é de ruptura com a Europa ou de sua digestão. O princípio de uma definição nacional fundada na assimilação de elementos exógenos não é mais colado em questão. O único elemento novo reside na reivindicação de um modelo próprio de assimilação, ao qual se agregará rapidamente a ideia da possibilidade de circulação invertida, o modelo latino americano podendo informar as práticas europeias (a “transculturação” de A. Rama, 1982).

É apenas muito recentemente que, nos anos 1980-1990, se

formaliza no Brasil um comparatismo específico baseado na tomada de consciência de um sistema cultural latino-americano no qual o Brasil viria a se inserir, a fim de romper com a exclusividade do diálogo com a Europa (A. Candido, 1959; A. Pizarro, 1985). O aporte recente das teorias multiculturais anglo-saxônicas (A. Appadurai, 2001; H. Bhabha, 1994), retomadas de maneira significativa por muitos intelectuais latino-americanos (N. G. Canclini, 1992; C. Guillen, 1985; S. Santiago, 1982), vem confirmar essa abordagem até o ponto agora observado, no Brasil, mas igualmente em todo continente, marcado pela emergência de uma reflexão interdisciplinar bastante abrangente que suplanta o campo estritamente literário para englobar todas as produções culturais. A desconstrução progressiva do esquema tradicional de dependência cultural, que avalizava a reivindicação de uma cultura nacional, encontra dessa forma a via de uma análise mais fina das configurações interculturais.

Entretanto, observa-se no Brasil que aquilo que poderia aparecer como uma história coerente das teorias e das práticas comparatistas não corresponde exatamente às práticas efetivas de pesquisa. Os estudos literários, mais ligados às abordagens tradicionais, experimentam, no âmbito acadêmico, a concorrência das abordagens multiculturais, cujas referências teóricas diferem (pós-modernismo e culturalismo). Dessa forma, uma grande parte da produção crítica sobre o Brasil se encontra hoje desterritorializada nos Estados Unidos, nos departamentos de estudos latino-americanos, onde ensinam numerosos universitários de origem brasileira.

Se esse esboço da história do campo crítico brasileiro permite o estabelecimento de um primeiro quadro para a discussão que pretendemos promover, é conveniente agora modificar o ponto de vista para iluminar a história das relações entre França e

Brasil na perspectiva francesa. Não retomaremos aqui a história das relações políticas e econômicas que são bem conhecidas. Diremos simplesmente que após os fracassos coloniais da França Antártica (1555-1560) e da França Equinocial (1612-1614), a França e o Brasil estabeleceram apenas relações indiretas. Há muito tempo, o âmbito das relações concretas foi marcado apenas pela circulação de ideias e de mediadores individuais, aos quais se podem agregar, sempre no domínio cultural, duas iniciativas institucionais: a missão artística de 1816 e a fundação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas em 1934, em São Paulo. A França exerce uma espécie de paternidade indireta, graças às ideias dos filósofos da Ilustração, ao positivismo de Auguste Comte e ao magistério exercido por certo número de intelectuais franceses, até o advento da “french theory” dos anos 1970 (Deleuze, Foucault, Derrida, Barthes). Na direção oposta, ao contrário, afora o tupinambá na origem do bom selvagem, a influência da música popular brasileira e de algumas raras personalidades, como Gilberto Freyre ou o arquiteto Oscar Niemeyer, a presença do Brasil na França é inexistente.

A essa imaterialidade da relação corresponde uma produção crítica descontínua e assimétrica. As pesquisas sobre esses âmbitos, do lado brasileiro como do lado europeu, continuam ainda marcadas por essas perspectivas assimétricas e convenientes. Em seu estado atual, observa-se além do mais uma concentração em períodos e autores específicos, em detrimento de uma perspectiva dinâmica e global. Dessa forma, a história das transferências culturais entre Europa e Brasil se resumem, conforme os âmbitos de análise, a raros estudos de imagologia na França, alguns estudos históricos em Portugal e empreendimentos de reabilitação ideologicamente orientados ao Brasil. A constatação que fazemos é de um fracionamento

que, por ter produzido estudos pontuais muito brilhantes (Paul Hazard, Pierre Rivas, Leyla Perrone-Moisés...), divide e desagrega fundamentalmente uma abordagem das circulações em sua continuidade. Nenhum conjunto sistemático de trabalhos foi empreendido, nenhum que questione, por exemplo, a coerência da presença brasileira na cultura francesa, nenhum que trabalhe efetivamente a morfologia geral dessa relação.

De fato, entre França e Brasil podemos falar de um diálogo intransitivo, isto é, do enfrentamento de dois não-lugares, precipitadamente resumidos a mitos ou a representações fantasmáticas, para instaurar uma espécie de cumplicidade, um se sonhando por meio do outro.

A constatação desses paralelos, que na aparência em nenhum momento podem se encontrar, mesmo quando percorrem um espaço comum, incita à abertura de um diálogo.

\*\*\*

O dossiê que apresentamos reúne cinco contribuições que têm a pretensão de abrir diálogos futuros. O modo por meio do qual agrupamos os artigos tem por base a situação desigual das pesquisas em curso.

Os artigos de Sandra Nitrini e Michel Riaudel desenham um primeiro espaço de reflexão. O primeiro, seguindo uma trilha que remonta a Antonio Candido, traz à tona conceitos específicos – antropofagia, transculturação, transferência cultural – que balizam a abordagem da relação França-Brasil; o segundo coloca em cena uma espécie de paradoxo, pois demonstra que a relação tem fraco caráter bilateral, dada a quase inexistência da literatura brasileira no âmbito do comparatismo francês.

Em seguida, apresentamos o artigo de Roberto Zular,

resultante de vários anos de investigação acerca da referência a Valery na prática e na reflexão estética brasileiras; artigo que renuncia ao estudo estritamente bilateral e constrói o espaço de pesquisa no interior do campo brasileiro, entendido como lugar de configurações originais da referência à França. Isso o aproxima de maneira decisiva das duas últimas contribuições que são introduções a projetos cujos contornos estão em vias de definição. Quer se trate do estudo de mediações transatlânticas (Jean-Claude Laborie) ou de analisar no interior da obra de Machado de Assis a inscrição da obra de G. Flaubert (Verónica Galíndez-Jorge), o ponto comum a todas essas perspectivas reside na escolha assumida de construir objetos novos, a fim de interrogar tanto as manifestações explícitas como os vazios, as latências e os quiproquós.

O texto de Michel Espagne, que publicamos com sua gentil autorização, é de grande importância para nossos esforços comuns de reconfigurar os estudos da relação França-Brasil, na medida em que suas proposições têm um caráter seminal e incontornável.

Persuadidos de que esse diálogo intercultural é necessário dos dois lados do Atlântico, esperamos contribuir com algumas proposições no âmbito de uma conversa muitas vezes inacabada.